

Histórico do Curso

O que difere esta licenciatura das demais é o fato de ter sido discutida de forma participante, por meio da territorialidade linguística, com os povos indígenas da região, respeitando, assim, a diversidade cultural e linguística. A base do conhecimento produzido será por meio do ensino via pesquisa, onde a estrutura curricular é flexível e orientada pelas pesquisas desenvolvidas pelos discentes, sem uma grade curricular pré-elaborada. Este processo contribui não somente para a formação pedagógica dos alunos, mas também permite, a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não-indígenas, uma relação intercultural, promovendo discussões acerca da gestão territorial de suas comunidades em Terras Indígenas.

O curso nasceu das discussões/ debates do movimento indígena (FOIRN e COPIARN) e a UFAM no município de São Gabriel da Cachoeira como descrito a seguir.

A discussão sobre uma Universidade para os Povos Indígenas do Rio Negro e de cursos superiores diferenciados não é recente na UFAM. Desde a implantação em 1992 da Licenciatura em Filosofia, o primeiro curso de graduação oferecido pela Universidade Federal do Amazonas em São Gabriel da Cachoeira, lideranças, associações e estudantes já reivindicavam cursos específicos para atender a demanda de uma região composta de 23 povos indígenas, com 5 famílias linguísticas diferentes (Tukano, Maku, Arúak, Yanomami e Tupi-Guarani), em um estado (Amazonas) onde existem 70 povos indígenas.

Em 1998, a UFAM implantou em São Gabriel da Cachoeira mais dois cursos de graduação, as licenciaturas em Geografia e em Ciências Sociais, formando cerca de 80 profissionais. Mais três graduações foram ofertadas em 2002: Pedagogia, Letras e Matemática, além da oferta, no município de Barcelos, dos cursos de Ciências, Matemática e Pedagogia. Também em 2002, foi oferecido em São Gabriel da Cachoeira um curso de Especialização em Ecoturismo e Gestão Territorial, que formou 42 profissionais. Ao todo, em nível de graduação e pós-graduação *lato Sensu*, foram formados cerca de 430 profissionais; destes, cerca de 95% são indígenas. Muito embora a porcentagem de profissionais formados seja, em quase sua totalidade, indígenas, nenhum dos cursos acima mencionados levou em conta, em sua elaboração, a especificidade cultural e linguística dos povos indígenas da referida região.

Também há, por outro lado, cerca de 3.000 pessoas com ensino médio completo, em sua maioria indígenas e 14 graduados pela UFAM com títulos de mestrado em várias Universidades do Brasil bem como da UFAM.

No ano de 2004, como resultado do Seminário sobre o Ensino Médio promovido pela SECAD/MEC, a “Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro” - FOIRN e o “Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro” - COPIARN, durante a semana Acadêmica, solicitou-se, através da Carta de São Gabriel, que a UFAM discutisse e implantasse cursos específicos para indígenas.

Pretendia-se, com isso, a formulação de cursos e projetos específicos para indígenas, que valorizassem a cultura e o conhecimento indígena, articulado com o conhecimento não indígena, permitindo o registro destes conhecimentos por meio da produção de material literário e audiovisual, com base na realidade da região. Projetos esses que pudessem promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, contrapondo-se ao estado de abandono em que se encontravam e apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência, contendo, assim, o êxodo indígena das comunidades e reforçando a identidade dos povos constituintes do município.

Durante a I Semana Acadêmica do Pólo da UFAM/São Gabriel da Cachoeira, “Wakotinay Yauara Akanga: Políticas Públicas e etnodesenvolvimento para a região do Rio Negro”, realizada em 2005, foi criada uma comissão para formatar a proposta do primeiro curso de graduação dirigido especificamente para indígenas a ser implantado pela UFAM na região. Composta por representantes de diversas organizações (FUNAI/SGC, Escola Agrotécnica Federal/SGC, FOIRN, SEMEC/SGC, COPIARN, APIARN, IPOL, MEC, ISA, Diocese de São Gabriel da Cachoeira, UFAM, FEPI, coordenadorias regionais da FOIRN - CAIARNX, COITUA, COIDI, CABC e CAIMBRN), seguindo os princípios já discutidos e reiterados pelo item 12 do Termo de Compromisso assinado em fevereiro de 2005 entre FOIRN, UFAM, ISA, MEC, SEMED/SGC, SEDUC/SGC, EAF/SGC, FEPI, FUNAI/SGC, COPIARN, APIARN e SSL durante o Seminário “Construindo a educação indígena da região do Rio Negro” promovido pela SECAD/MEC e FOIRN realizado no período de 18 a 20 de fevereiro/2005.

Neste sentido, como resultado dessas discussões, propôs-se que o campus da UFAM deveria transformar-se, em um futuro próximo, na **UNIVERSIDADE DOS POVOS INDIGENAS DO RIO NEGRO**, caracterizada pelo fato de que todos os cursos a serem implantados teriam como princípio atender às necessidades das comunidades:

- Articulando o conhecimento indígena e CONHECIMENTOS não-indígenas, em um processo intercultural, visando a uma formação fundamentada numa metodologia de ensino pela pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável sociocultural e econômico das comunidades;
- A Universidade dos Povos Indígenas deverá, em um futuro próximo, oferecer

outros cursos, de acordo com as necessidades das comunidades indígenas da região;

- A Universidade dos Povos Indígenas deverá promover a descentralização do atendimento acadêmico aos discentes indígenas fora da sede do município de São Gabriel, instalando-se nas comunidades com o objetivo de evitar o êxodo e reforçar a identidade étnica;
- Que esta descentralização seja implementada seguindo o princípio de valorização das territorialidades linguísticas de acordo com as calhas de rios, com as famílias linguísticas e respeitando a Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu (Lei nº145 de 11 de dezembro de 2002, regulamentada pela Lei nº 210/2006) em São Gabriel da Cachoeira, o primeiro município do Brasil a ter línguas indígenas oficializadas ao lado do português;
- A construção da infraestrutura do Centro Universitário Indígena do Rio Negro/UFAM em São Gabriel potencialize a oferta de cursos de graduação, tanto para indígenas como para não indígenas bem como de outras modalidades de curso e de outros programas da Universidade.

No período de 23 a 25 de maio de 2005, na Maloca da FOIRN/São Gabriel da Cachoeira, ocorreu a primeira discussão desta comissão sobre a Universidade dos Povos Indígenas do Rio Negro que resultou em um conjunto de ideias que culminou na proposta da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” que tem como objetivo atender à necessidade de formação de professores para atuarem nas escolas indígenas diferenciadas, tanto no ensino fundamental quanto médio, bem como de pesquisadores que desenvolverão desenvolver projetos de sustentabilidade de acordo com as necessidades coletivas das comunidades indígenas.

Assim, a idéia desta licenciatura foi levada para uma ampla discussão por meio de oficinas participantes, no período em 2005, para que fosse construído o projeto juntamente com os diversos povos indígenas do Alto Rio Negro, pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Tupi-Guarani, Aruak, Hupdha, Yanomami. Reuniões foram realizadas nas seguintes comunidades:

- Comunidades que fazem parte das coordenadorias da FOIRN CAIARNX - Cucui, Juruti, Cué-Cué, na calha do Rio Negro;
- Comunidades que fazem parte do COIDI - Iauareté envolvendo as comunidades do alto Rio Uaupés e Papuri;
- Comunidades que fazem parte do COITUA - Taracúá e Pari-Cachoeira, caias dos rios Uaupés e Tiquié;

- Comunidades que fazem parte do CABC - Tunui e Assunção do Içana, compreendendo as comunidades do rio Içana e Aiari;

- Comunidades que fazem parte do CAINBRN - São Jorge e Cartucho, no baixo Rio Negro e Curicuriari e em Maturacá.

Os Indígenas presentes foram divididos em grupos sob a coordenação de uma das lideranças locais, indicadas por eles, para que fossem discutidos os seguintes itens: perfil do curso, objetivos, perfil do aluno que se quer formar, perfil do docente do curso, proposta metodológica, formas de avaliação, gestão do curso, política linguística, organização e componentes curriculares, tempo de duração do curso, formas de ingresso e desligamento e número de alunos por turma.

No início de novembro de 2005, ocorreu a segunda reunião da comissão que sistematizou as discussões ocorridas nas comunidades para apresentação na assembleia geral no final de novembro de 2005.

Nos dias 29 a 30 de novembro de 2005, foi realizada a “Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro”, na maloca da FOIRN, onde foi definido por consenso, o projeto pedagógico do curso, a partir das sugestões vindas das comunidades. A Assembleia em questão foi coordenada pela Prof^a Ivani Faria, pelo Prof. Raimundo Nonato Pereira da Silva, por Elio Fonseca e por Madalena Paiva, do departamento de Educação da FOIRN, contando com a presença de mais de 100 indígenas (20 representantes de cada coordenadoria) e indígenas habitantes da sede do município. Estiveram presentes também representantes da FEPI, FUNAI/SGC/ Manaus, EAF-SGC, ISA, Diocese, FOIRN, APIARN, COPIARN, SSL, IBDS, SEMEC/SGC e SEDUC.

Em 2006, durante o II Seminário “Construindo a Educação Indígena da Região do Rio Negro”, o projeto final foi apresentado, tendo a plenária reiterado o mesmo, alterando no nome do curso para “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”.

No dia 29 de janeiro de 2007, finalmente o projeto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Resolução nº 028/2007), cuja relatora, Prof^a Dra. Arminda Mourão, diretora da Faculdade de Educação, expôs com detalhes a metodologia do ensino via pesquisa, os princípios norteadores do projeto e a política linguística do mesmo. O projeto em questão apresentava, inicialmente, uma oferta de 120 vagas distribuídas em 03 turmas, conforme a territorialidade linguística, da região: 40 vagas para a turma Baniwa (falantes das línguas Baniwa e Kuripako); 40

vagas para a turma Tukano (falantes da família linguística Tukano Oriental) e 40 vagas para a turma Nheengatu (falantes desta língua).

O projeto então foi enviado para o edital PROLIND/2009, sendo aprovado no eixo III (portaria nº 10/2009) para rediscussão, muito embora tenha sido enviado para o eixo I. Uma nova discussão sobre o projeto foi realizada no período de 03 a 11 de novembro de 2009, nas comunidades de Tunui, Cucui, Taracuí e sede de São Gabriel da Cachoeira. Os pontos discutidos foram: perfil do curso, objetivos, perfil do aluno que se quer formar, proposta metodológica, formas de avaliação, gestão do curso, política linguística, organização e componentes curriculares, pontos estes que foram referendados e aprovados por unanimidade.

A gestão do curso é composta pela coordenação colegiada, formada pela coordenação geral, coordenadores de turmas, que envolve o Núcleo Docente Estruturante, e pelo Conselho Universitário Indígena (específico para a licenciatura em questão) conselho este formado por professores, estudantes (por turma), lideranças tradicionais (por turma) e representante da Associação Indígena.

O Conselho Universitário da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” foi instalado no dia 10 de agosto de 2010 (em anexo) e o colegiado no dia 03 de abril de 2012 (em anexo), juntamente com a criação do Núcleo Docente Estruturante.

O curso concentra inicialmente, 03 (três) turmas, Tukano, Baniwa e Nheengatu, que ocorrem nos turnos matutino e vespertino, regular de caráter modular, com ingresso bianual, contando com processo seletivo específico. Por ser um curso superior indígena amparado pela legislação da Educação Escolar Indígena, a forma de ingresso pode ocorrer de forma específica, não sendo possível, desta forma, o ingresso por meio do PSC e ENEM.

Deve-se ressaltar que pela natureza da proposta metodológica (ensino via pesquisa e currículo pós-feito), este curso pode ser ofertado para qualquer povo indígena respeitando as diferenças culturais e territoriais dos mesmos, não se restringindo a região do alto Rio Negro.

O curso vem somar-se ao movimento pela construção do Ensino Superior Indígena no Brasil, mais especificamente no Estado do Amazonas, onde se concentra a maior diversidade cultural e linguística do país. Deste modo, significa um importante passo a ser dado para consolidar as relações de parceria que a UFAM vem construindo junto ao Movimento Indígena do Amazonas, no sentido de saldar uma dívida com os povos

indígenas e de garantir seus direitos à educação autônoma e a universidade pública e gratuita.